

# Matriz energética urgente

TEOTÔNIO (VILELA FILHO)

CORREIO BRAZILIENSE

O crônico processo inflacionário no qual o País está mergulhado há mais de uma década é o principal responsável pela inexistência de uma matriz energética capaz de adequar satisfatoriamente as exigências econômicas e políticas dos diversos setores de energia que, por isso mesmo, ficam submetidos à anarquia vigente, da política de preços públicos fixados pelo Governo sem nenhum critério inteligível e racional. Esse processo inflacionário crônico, por sua vez, se assenta em um modelo de desenvolvimento econômico concentrador de renda responsável pelas distorções generalizadas que se apresentam na economia, as quais — inclusive, e principalmente, as apresentadas pelo setor energético — somente serão eliminadas através de superação de tal modelo injusto e inadequado às aspirações nacionais.

O setor de energia elétrica, por exemplo, diante da inexistência de uma matriz energética que permita ao País fixar prioridades de investimentos com vistas ao próximo milênio, quando a demanda nacional será praticamente o dobro — 360 mil megawatts/hora — da atual de 200 mil megawatts, evidentemente, mergulha-se na indefinição e na indecisão sobre o que fazer para se estruturar adequadamente de modo a atender à necessidade de investir o suficiente para satisfazer essa demanda, algo em torno de 70 bilhões de dólares, de acordo com o Plano 2010 da Eletrobrás. Sem planejamento estratégico capaz de abrir perspectiva a um setor fundamental da economia, atualmente mergulhado em uma dívida estimada em 30 bilhões de dólares (25 por cento da dívida externa brasileira). Tornam-se inevitáveis previsões pessimistas que já estão presentes no cotidiano, segundo as quais até o final

do século o País se verá mergulhado no caos gerado pela carência de energia elétrica.

A fixação de uma matriz energética nacional somente será factível quando os diversos interesses conflitantes do setor de energia se canalizarem para o interesse maior que é a promoção de um modelo de desenvolvimento econômico com justiça social. Nesse sentido, será de fundamental importância levar em consideração as diversas alternativas energéticas que se colocam neste instante, precisamente quando o mundo civilizado vive as incertezas do imprevisível desfecho da crise do Oriente Médio potencializada ao extremo após a invasão do Kuwait pelo Iraque. O modelo energético erigido na década de 70 sob o patrocínio do autoritarismo político então vigente, é certo, aumentou em 15 vezes a oferta de energia e permitiu o surgimento de um diversificado parque industrial, mas, em compensação, promoveu tantas e tão graves distorções que esgotou sua eficácia em face dos desperdícios que ele próprio criou. Estudos recentes da Eletrobrás demonstram que a adoção de uma política com o mínimo de racionalidade pode gerar economia de energia da ordem de 30 bilhões de dólares, o suficiente para impulsionar o setor a uma nova fase de sua existência bem mais adequada aos interesses nacionais em tempos de escassez de recursos.

Perspectiva de uma nova crise energética mundial com o conflito no Oriente Médio, somada à crônica carência financeira do Governo que o impede de, sozinho, atender às demandas do setor de energia, são fatores mais do que suficientes para estimular a união de esforços em busca de alternativas viáveis ao momento de dificuldades que vive o País. Determinar, já, uma matriz energética nacional é necessário para otimizar os

investimentos; buscar menores custos e maior eficiência na produção, transformação, transporte e utilização de energia; focar a conservação deste como mais uma alternativa de suprimento; valorizar as fontes nacionais e regionais; estimular o desenvolvimento tecnológico, com ênfase para as fontes renováveis, bem como minimizar o impacto ambiental; reduzir os desequilíbrios regionais; oferecer condições de acesso às formas adequadas de energia a populações de menor renda; observar normas e padrões de qualidade no fornecimento de produtos e serviços; e, finalmente, fixar estruturas tributária e tarifária compatíveis com a saúde do sistema econômico.

Não é mais possível continuar administrando a política energética nacional a partir de critérios meramente de curto prazo, utilizando a manipulação dos reajustes das tarifas ao bel-prazer de estratégia antiinflacionária do Governo, como faz o Ministério da Economia. Faz-se urgente a necessidade de planejar para não se perder de vista o médio e o longo prazo. Somente dessa forma será possível uma completa reestruturação do setor energético brasileiro, de maneira a abrir espaço para uma ação conjugada entre o Governo e o setor privado, pois, isoladamente, nenhum dos dois dispõe de condições para equacionar os enormes gargalos em que estão mergulhados. Sobretudo, o equacionamento desses deve ser mediado em ampla discussão no Congresso Nacional, onde se impõe as soluções de consenso. A oportunidade, nesse sentido, deverá ocorrer no início do próximo ano com a realização de um primeiro encontro nacional para discutir tarifas e matriz energética.

Teotônio Vilela Filho é senador pelo PSDB de Alagoas